

DO CAMPO SANTO À NECRÓPOLE

Jane Rodrigueiro*

RODRIGUES, Claudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2005, 392p.

Nesta obra, a autora analisa as transformações no comportamento cultural e social em torno da morte no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. Para identificar as bases das práticas e as expressões do catolicismo diante do fenômeno da morte, Claudia Rodrigues retorna ao século XVIII e recupera a documentação produzida pelo poder eclesiástico os denominados manuais de *bem morrer* e também os testamentos produzidos pelos diversos segmentos da sociedade daquele período.

Nesse contexto, a autora faz uma criteriosa retrospectiva histórica conduzindo o leitor ao percurso histórico e social da morte desde os padrões determinados pela Igreja até a extinção do seu controle com a lei de secularização dos cemitérios implantada na República.

De acordo com a autora, entre o século XVIII e metade do XIX a preocupação pelo cumprimento das obrigações e ensinamentos da Igreja frente ao fenômeno da morte era um fator que permeava o cotidiano dos católicos no Rio de Janeiro. Deste modo, ela explica que a preparação para morrer em paz com a Igreja supunha que os fiéis tivessem o “dever cumprido” como condição para salvação de sua alma das entranhas do purgatório-, situação que se dava por meio do arrependimento, dos testamentos e também dos sacramentos.

Claudia Rodrigues mostra que essas condições faziam parte de um conjunto pedagógico elaborado pela Instituição eclesiástica e tinha como base a preparação para a morte. Preparação esta que se dava através da intercessão dos santos, dos anjos, da Virgem e de Cristo, da contrição, do cumprimento dos sufrágios, e ainda dos bens deixados para Igreja com vista ao preparo do cerimonial fúnebre.

Com a condição hegemônica do poder eclesiástico em torno das representações sociais da morte a pedagogia do medo implantada pela Igreja foi um instrumento eficaz na

construção de uma memória social da morte no Rio de Janeiro em virtude de construir um imaginário naquela sociedade sobre o pensar e o sentir a morte. Assim, a morte era temida entre aquela população e todas as precauções possíveis com o seu preparo deveriam ser realizadas sob a égide de um padrão católico para que se evitasse a surpresa ao morrer e se garantisse a chegada da “hora derradeira”.

A garantia da boa morte segundo revela Rodrigues se dava através da redação dos testamentos, com ela o moribundo realizava os pedidos de intercessão de sua alma, fazia sua profissão de fé católica, determinava a forma de seu cerimonial funerário, realizava os pedidos de sufrágios de sua alma e de outrem, estabelecia legados e doações pias e determinava sobre o destino de seus bens. Diz a autora: “o testamento foi utilizado como um meio de exteriorizar o sentimento religioso e a fé em Deus que diziam ter, a obediência aos preceitos do catolicismo, a crença em seus dogmas” (p.38).

Posteriormente, no início do século XIX com o processo de laicização da sociedade decorrente das idéias iluministas, a autonomia eclesiástica sobre o morrer foi gradativamente sendo fragilizada devido aos constantes questionamentos e críticas da elite intelectual e da sociedade civil acerca do seu controle sobre a morte e fundamentalmente sobre a proibição da Igreja quanto ao enterramento dos acatólicos nos cemitérios públicos, tendo como ponto de partida a transferência dos sepultamentos que tornaram-se distantes das Igrejas e das cidades.

Nesse contexto a obra ressalta que o discurso e atuação dos médico-higienistas foram determinantes na afirmação acerca das enfermidades procedentes da proximidade dos mortos junto aos vivos e na disseminação de políticas públicas preventivas quanto ao controle das patologias como meio de expandir a expectativa de vida entre as pessoas.

Claudia Rodrigues aponta que já na segunda metade do século XIX, diversos segmentos da sociedade civil e estatal, implementavam ações como forma de garantirem o distanciamento da dependência para com a burocracia eclesiástica e da jurisdição da Igreja sobre as instituições sociais que tornavam-se obstáculos aos projetos políticos e econômicos do aparelho Estatal, no entanto, a Igreja ainda assumiria para si o controle social mantendo-se o regime de união entre Estado e Igreja que posteriormente tornou-se cada vez mais conflitante.

Os diversos casos de interdição da Igreja em cemitérios públicos dos não católicos, em torno de 1870, culminaram em um projeto discutido junto a câmara dos deputados e fundamentado pela defesa civil sobre o processo de secularização dos cemitérios cujo teor da lei desvincularia efetivamente a organização e administração da jurisdição eclesiástica passando ser de responsabilidade e competência do município tendo em vista o projeto se tratar da municipalização dos cemitérios. Rodrigues deixa claro que essa

transição administrativa promoveu uma nova concepção de cemitério uma vez que a noção de campo santo passou a dar lugar à noção de necrópole, fato que trouxe alterações culturais na forma de compreender a morte que vista antes na esfera do sagrado passou a ser entendida na esfera material.

Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX) nos fala de um complexo conflito travado entre o direito civil e o eclesiástico com vista ao controle administrativo sobre as instituições sociais no caso específico dos cemitérios. Porém a obra vai além quando demonstra o combate à jurisdição eclesiástica sobre os cemitérios unicamente relacionados a um poderio institucional pela distinção dos espaços uma vez que a Igreja, embora não atuasse mais administrativamente, manteria o cerimonial religioso. Assim, a obra revela que em nenhum momento o processo de secularização negou o aspecto religioso e tão pouco a vida no além túmulo.

No entanto, fica evidente a preocupação da autora em demonstrar que a secularização alterou consideravelmente as práticas e representações em torno da morte e do morrer. Essas alterações podem ser verificadas nos conteúdos dos testamentos analisados na segunda metade do XIX que comparados aos do XVIII já não continham longos detalhes relativos as preocupações escatológicas e soteriológicas, apresentavam esvaziamento das invocações intercessoras, simplicidade e/ou desaparecimento das menções de sufrágios, e formulações laicas que passaram a substituir as soteriológicas, além das modificações da esfera jurídica que passaram a intermediar a redação dos testamentos.

Rodrigues ressalta que o gradativo desaparecimento do conteúdo escatológico e soteriológico dos testamentos não retiraram dos fiéis a preocupação em torno da morte, diz ela: “as preocupações em torno da morte não desapareceram completamente. Transformaram-se, é claro perdendo parte significativa do temor, mas não deixaram de existir, tendo-se projetado para o interior da vivência religiosa dos fiéis” (p.325).

Para trilhar a redefinição do papel da religiosidade procedente das mudanças das práticas e representações acerca da morte a partir da metade do século XIX, a autora utiliza a categoria de *secularização* compreendendo-a como isoladora da hegemonia religiosa sobre a sociedade à medida que a Igreja enquanto instituição perderia seu poder de intervenção social e também como responsável pelo processo de emancipação cultural, promovendo nos indivíduos maior autonomia religiosa. Outro conceito muito bem utilizado por Rodrigues é o de *laicização* que encontra-se associado aos debates da esfera política, sendo com isso um termo mais restrito sobre as formas de administração civil.

Entre os vários méritos da obra, destaca-se a metodologia utilizada no trabalho com as fontes documentais. Claudia Rodrigues recupera a documentação testamentária, registro de óbitos, fontes jornalísticas, registros civis dos séculos XVIII e XIX e critério-

samente os analisa, compondo-os em sua obra por meio de fragmentos, tabelas, que não somente ilustram o trabalho, mas demonstram todo o processo da pesquisa por meio da comparação de dados e datas. A obra representa excelente arsenal para os pesquisadores, tornando-se leitura indispensável aqueles que pretendem conhecer a trajetória da história da morte.

Recebido em abril/2008; aprovado em maio/2008.

Notas

* Mestre em Ciências da Religião pela PUC-SP. E-mail:janerodrigues@gmail.com